

# Gás Natural Açú S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2019 e 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Conselheiros e Diretores da

**Gás Natural Açú S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Gás Natural Açú S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Gás Natural Açú S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

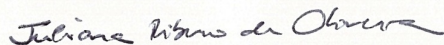


- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e da sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e da sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

  
Juliana Ribeiro de Oliveira  
Contadora CRC RJ-095335/O-0

# Gás Natural Açú S.A.

## Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	10	2.758	5.161	370.331	60.447
Depósitos bancários vinculados	11	-	-	-	200
Contas a receber	12	13.399	19.899	-	-
Adiantamentos diversos		51	146	441	207
Impostos a recuperar	13	105	75	2.963	961
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13	1.740	-	1.861	490
Despesas antecipadas	14	9	4	29.548	46.328
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	2.684	-
Outros valores a receber		11	1	170	4
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>18.073</b>	<b>25.286</b>	<b>407.998</b>	<b>108.637</b>
<b>Não circulante</b>					
Despesas antecipadas	14	-	13	8.026	20.978
Impostos diferidos	15	-	-	19.512	7.019
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	667	-
Depósitos bancários vinculados	11	-	-	11.446	-
Impostos a recuperar	13	40	-	362	-
Participações societárias	16	1.141.984	541.614	-	-
Imobilizado	17	3.047	3.234	3.182.737	803.422
Intangível	18	15	15	30.948	30.828
Direito de uso	19	25	-	104.883	-
<b>Total do não ativo circulante</b>		<b>1.145.111</b>	<b>544.876</b>	<b>3.358.581</b>	<b>862.247</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.163.184</b>	<b>570.162</b>	<b>3.766.579</b>	<b>970.884</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Gás Natural Açú S.A.

## Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	20	164	380	74.548	9.284
Salários e encargos a pagar	21	2.411	2.543	15.802	7.676
Contas a pagar	12	8.240	4.034	86.793	6.175
Impostos e contribuições a recolher	22	135	172	2.698	2.670
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	3.941	-
Outras Contas a Pagar		-	-	80	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	1.162	-	1.443	-
Obrigações com terceiros	23	-	-	5.700	9.579
Empréstimos	24	-	-	62.416	-
Passivos de arrendamento	19	18	-	1.244	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>12.130</b>	<b>7.129</b>	<b>254.665</b>	<b>35.384</b>
<b>Não circulante</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	2.653	-
Obrigações com terceiros	23	-	-	16.477	21.385
Provisão para perda de investimentos	16	3.710	-	-	-
Empréstimos	24	-	-	1.576.332	-
Passivos de arrendamento	19	8	-	118.926	-
Provisão para contingências	25	-	-	270	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>3.718</b>	<b>-</b>	<b>1.714.658</b>	<b>21.385</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	26	614.058	141.833	614.058	141.833
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	300.624	-	300.624
Reservas de capital		614.058	169.577	614.058	169.577
Ajuste de avaliação patrimonial		16.714	11.719	16.714	11.719
Prejuízos acumulados		(97.494)	(60.720)	(97.494)	(60.720)
<b>Total do patrimônio líquido aos acionistas controladores</b>		<b>1.147.336</b>	<b>563.033</b>	<b>1.147.336</b>	<b>563.033</b>
Participação de acionistas não controladores		-	-	649.920	351.082
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.147.336</b>	<b>563.033</b>	<b>1.797.256</b>	<b>914.115</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.163.184</b>	<b>570.162</b>	<b>3.766.579</b>	<b>970.884</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Gás Natural Açú S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	27	1.846	(6.315)	(67.957)	(35.301)
Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment") e outras perdas	10	-	(1)	(33)	(6)
Outras receitas		7	-	7	-
Outras despesas		(6)	-	(6)	-
<b>Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos</b>					
		<b>1.847</b>	<b>(6.316)</b>	<b>(67.989)</b>	<b>(35.307)</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	28	366	233	20.231	3.442
Despesas financeiras	28	384	(69)	(22.332)	(2.090)
Resultado de equivalência patrimonial	16	(38.209)	(14.231)	-	-
<b>Resultado antes dos impostos</b>					
		<b>(35.612)</b>	<b>(20.383)</b>	<b>(70.090)</b>	<b>(33.955)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(1.162)	-	(2.199)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	-	-	12.493	7.019
<b>Prejuízo do exercício</b>					
		<b>(36.774)</b>	<b>(20.383)</b>	<b>(59.796)</b>	<b>(26.936)</b>
<b>Resultado atribuível aos:</b>					
Acionistas controladores		(36.774)	(20.383)	(36.774)	(20.383)
Acionistas não controladores		-	-	(23.022)	(6.553)
<b>Prejuízo do exercício</b>					
		<b>(36.774)</b>	<b>(20.383)</b>	<b>(59.796)</b>	<b>(26.936)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Gás Natural Açú S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(36.774)</b>	<b>(20.383)</b>	<b>(59.796)</b>	<b>(26.936)</b>
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado</b>				
Ganho e (perda) na participação de Subsidiárias	(6.141)	11.719	(6.141)	11.719
Perdas operações hedge	(2.064)	-	(2.064)	-
<b>Total do prejuízo abrangente do exercício</b>	<b>(44.979)</b>	<b>(8.664)</b>	<b>(68.001)</b>	<b>(15.217)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Gás Natural Açú S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital Social		Reserva de Capital	Outros resultados abrangentes			Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	integralizar	A	Ágio na emissão de ações	Bônus de subscrição Siemens-reflexa	Ajuste de avaliação patrimonial					
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>16.021</b>	-	-	<b>13.200</b>	-	-	<b>15.656</b>	<b>(40.337)</b>	<b>4.540</b>	<b>1</b>	<b>4.541</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(20.383)	(20.383)	(6.553)	(26.936)
Aumento de capital	140.356	-	-	-	-	-	-	-	140.356	-	140.356
Capital a integralizar	-	(14.544)	-	-	-	-	-	-	(14.544)	-	(14.544)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	284.968	-	284.968	-	284.968
Ágio na emissão de novas ações	-	-	156.377	-	-	-	-	-	156.377	-	156.377
Aporte de acionistas na GNA Infraestrutura	-	-	-	-	-	11.719	-	-	11.719	56.594	68.313
Aporte de acionistas na UTE GNA I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	294.132	294.132
Aporte de acionistas na UTE GNA II	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.908	6.908
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>156.377</b>	<b>(14.544)</b>	<b>156.377</b>	<b>13.200</b>	-	<b>11.719</b>	<b>300.624</b>	<b>(60.720)</b>	<b>563.033</b>	<b>351.082</b>	<b>914.115</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(36.774)	(36.774)	(23.022)	(59.796)
Aumento de capital	459.702	-	-	-	-	-	(300.624)	-	159.078	-	159.078
Capital a integralizar	-	12.523	-	-	-	-	-	-	12.523	-	12.523
Ágio na emissão de novas ações	-	-	457.681	-	-	-	-	-	457.681	-	457.681
Aporte de acionistas na GNA Infraestrutura	-	-	-	-	-	(6.141)	-	-	(6.141)	6.141	-
Aporte de acionistas na UTE GNA I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	316.898	316.898
Perdas operações hedge	-	-	-	-	(2.064)	-	-	-	(2.064)	(1.179)	(3.243)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>616.079</b>	<b>(2.021)</b>	<b>614.058</b>	<b>13.200</b>	<b>(2.064)</b>	<b>5.578</b>	-	<b>(97.494)</b>	<b>1.147.336</b>	<b>649.920</b>	<b>1.797.256</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Gás Natural Açú S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Prejuízo antes dos impostos	(35.612)	(20.383)	(70.090)	(33.955)
<b>Itens de resultado que não afetam o caixa:</b>				
Depreciação e amortização	332	85	1.011	101
Baixa do imobilizado	6	-	6	-
Variação monetária	-	-	(779)	1.385
Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment")	-	1	33	6
Provisões para contingência	-	-	270	-
Resultado de equivalência patrimonial	38.209	14.231	-	-
<b>Resultado líquido ajustado</b>	<b>2.935</b>	<b>(6.066)</b>	<b>(69.549)</b>	<b>(32.463)</b>
<b>(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:</b>				
Impostos a recuperar	(1.810)	(71)	(3.734)	(1.447)
Despesas antecipadas	8	(17)	29.732	(65.222)
Adiantamentos diversos	95	(125)	(235)	(186)
Outros valores a receber	(10)	(1)	(167)	(4)
Depósitos bancários vinculados	-	-	(9.873)	(200)
Contas a receber	6.502	(19.900)	(33)	(6)
Fornecedores	(216)	(4.242)	65.264	3.201
Contas a pagar	4.206	2.159	71.407	3.677
Impostos e contribuições a recolher	(37)	(18)	(726)	2.480
Outros contas a pagar	-	-	80	-
Obrigações com terceiros	-	-	(9.381)	(421)
Salários e encargos a pagar	(132)	251	8.127	5.384
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais</b>	<b>11.541</b>	<b>(28.030)</b>	<b>80.912</b>	<b>(85.207)</b>
<b>Fluxo de caixa nas atividades de investimentos</b>				
Aquisição de bens do imobilizado	(151)	(3.319)	(2.251.245)	(791.463)
Aquisição de bens do intangível	-	(15)	(136)	(828)
Aumento de capital em controlada	(321.533)	(234.219)	-	-
Reserva de capital em controlada	(321.542)	(289.655)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(6.780)	-	-
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(643.226)</b>	<b>(533.988)</b>	<b>2.251.381</b>	<b>(792.291)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Aumento de capital por acionista controlador	171.601	125.812	171.601	125.812
Aumento de capital por acionista não controlador	-	-	316.898	369.353
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	284.968	-	284.968
Reserva de capital	457.681	156.377	457.681	156.377
Liberação de empréstimos	-	-	2.000.591	-
Custo transação – empréstimos	-	-	(452.531)	-
Pagamento de empréstimos	-	-	(5.277)	-
Pagamento passivo de arrendamento	-	-	(1.623)	-
Empréstimos – Infra – Liberação	-	-	561.390	-
Empréstimos – Infra – Pagamento	-	-	(565.838)	-
Empréstimos – Siemens – Liberação	-	-	320.425	-
Empréstimos – Siemens – Pagamento	-	-	(322.964)	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>629.282</b>	<b>567.157</b>	<b>2.480.352</b>	<b>936.510</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(2.403)</b>	<b>5.139</b>	<b>309.884</b>	<b>59.012</b>
No início do exercício	5.161	22	60.447	1.435
No fim do exercício	2.758	5.161	370.331	60.447
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(2.403)</b>	<b>5.139</b>	<b>309.884</b>	<b>59.012</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### 1 Contexto operacional

A Gás Natural Açú S.A. (“GNA HoldCo” ou “Companhia”), anteriormente denominada SDX Investimentos Ltda, foi constituída em 15 de outubro de 2014. Em 19 de outubro de 2017, foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Sociedade que, passou de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado. Possui como controladora direta a Prumo Logística S.A. (“Prumo”) e controladora indireta BP Global Investments (“BP”). A GNA HoldCo possui investimento societário na Gás Natural Açú Infraestrutura S.A (“GNA Infra”), UTE GNA II Geração de Energia Ltda (“UTE GNA II”) e Gás Natural Açú Comercializadora (“GNA Comercializadora”).

A Companhia e suas controladas (“Grupo GNA”) tem como objetivo desenvolver a compra e venda de gás natural liquefeito (“GNL”), processamento, beneficiamento e tratamento de gás natural oriundo da produção offshore e de regaseificação de GNL, a geração, a transmissão e a comercialização de energia e capacidade elétrica e a intermediação na compra e venda de energia e capacidade elétrica.

O Projeto da UTE GNA I Geração de Energia S.A. (“UTE GNA I”) visa a construção de uma termelétrica de ciclo combinado a gás de cerca de 1.300 MW que atenderá às obrigações contratuais da UTE Novo Tempo, em relação aos seus contratos de comercialização de energia; de um projeto de terminal de Regaseificação de GNL (“Terminal de Regaseificação”), com capacidade para importar gás natural para o Projeto UTE GNA I e futuras usinas de energia e outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açú, além de fazer parte do desenvolvimento do chamado “Açú Gas Hub”, localizado estrategicamente no nordeste do estado do Rio de Janeiro, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos.

As obras da termelétrica estão em andamento, bem como a construção do Terminal de Regaseificação de GNL e os trabalhos para cabeamento da Linha de Transmissão 345 kV, que irá escoar a energia produzida pela UTE GNA I.

As obras da UTE GNA I foram iniciadas em março de 2018 e, atualmente, cerca de 92,5% do projeto já foi concluído, seguindo o cronograma acordado. Os trabalhos de construção civil estão em fase de conclusão e foi iniciada a etapa de montagem eletromecânica.

Cerca de 99,7% dos equipamentos da termelétrica já estão no Porto do Açú, dentre eles, componentes da caldeira, condensadores e geradores. Todas as turbinas já chegaram, conforme cronograma.

## Licenças e autorizações

A Companhia possui licenças ambientais preliminares para até 3,0 GW em termelétrica em ciclo combinado.

<b>Empresa</b>	<b>Descrição</b>	<b>Documento</b>	<b>Data de Emissão</b>	<b>Vigência</b>
GAS NATURAL AÇU S.A.	Licença prévia para concepção e localização de Usina Termelétrica a Gás Liquefeito composta de cinco blocos geradores com capacidade máxima de 660 MW cada, divididos em três blocos para a UTE GNA III e 2 blocos para a UTE GNA IV.	LP nº IN049617	26/06/2019	17/10/2020
UTE GNA II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	Licença para instalação de Usina Termelétrica movida a gás natural, com capacidade instalada de 1.672,6MW em ciclo combinado.	LI nº IN050962	16/01/2020	16/01/2025
UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	Licença para instalação da UTE GNA I Geração de Energia S.A., a gás natural, com capacidade instalada de 1.298.968MW, em ciclo combinado, e linha de transmissão de 1,6KM, contemplando as alterações de layout, de infraestrutura auxiliar (utilidades, tratamento de água, prédios administrativos, oficina contêineres, sala de estocagem e laboratório) e da infraestrutura temporária para implantação (canteiros de obras), supressão de vegetação de restinga em área de 1,4907 hectare e realizar captura, transporte, resgate e monitoramento de fauna silvestre.	LI nº IN04056 AVB004002	14/08/2018	09/03/2023
GAS NATURAL AÇU S.A.	Licença Prévia aprova a concepção e localização para a implantação de Usina Termelétrica, em ciclo combinado composta por 2 (dois) blocos geradores (UTE-1 e UTE-2), com capacidade máxima instalada de aproximadamente 3.100 MW e suas estruturas extramuros (gasoduto, Emissário Submarino, Linha de Transmissão e Adutora).	LP nº IN032607 AVB002932 AVB003518	02/12/2015	30/11/2020
UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	Licença prévia e de instalação aprovando a concepção localização, e implantação de canteiro de obras temporário e área aproximada mente 65.000m <sup>2</sup> , contemplando a supressão de 277 indivíduos arbóreos nativos isolados em área de 5,89ha de pasto e de 0,06ha de cercas vivas de espécie exótica Euphorbia tirucalli (gaiolinha) e agrupamnetos de espécie exótica Syzygium cumini (jamelão).	LPI nº IN047115	12/11/2018	12/11/2023
GAS NATURAL AÇU S.A.	Licença Prévia aprova a concepção e localização do projeto de implantação do Terminal Portuário de importação e Regaseificação de GNL, GLP e derivados, com capacidade de processamento de gás de 42 milhões de m <sup>3</sup> /dia, a ser implantado no Terminal Sul do porto do Açú.	LP nº IN042348	27/11/2017	26/11/2022
UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	Licença para terraplanagem; canteiro de obra; e implantação do terminal portuário de regaseificação de GNL, no Molhe Norte do terminal 2 do Porto do Açú, e de estruturas de apoio (Unidade Flutuante de Regaseificação e Armazenamento - FSRU, gasoduto, Estação de Medicação ou Estação de Transferência de Custódia, adutora, duto de efluente, vertedouro e difusor) para realização das atividades de recebimento, armazenamento, regaseificação e expedição de gás natural.	LI nº IN047687 AVB004217	18/12/2018	18/12/2020
UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	Autorização Ambiental para o manejo de fauna visando a captura, coleta e transporte de fauna silvestre a ser realizado durante a fase de cabeamento da Linha de Transmissão (LT) 345 kV. Licença de instalação para a implantação da Linha de Transmissão 345 kV, com circuito duplo de transmissão de energia elétrica e 58 km de extensão, e a subsetação de energia, conectando o a UTE GNA I com a subestação de Campo dos Goytacazes - Distrito Industrial.	AA nº IN003296 LI nº IN050586	24/04/2019 04/11/2019	24/04/2021 04/11/2020
GAS NATURAL AÇU S.A.	Autorização Ambiental para manejo de fauna, visando o levantamento de fauna silvestre do Gasoduto Açú - Macaé (GASINF)	AA nº IN002712	21/01/2019	21/01/2021
GAS NATURAL AÇU S.A.	Licença Prévia para sistema composto por dois gasodutos de 45,4 km de extensão e capacidade de escoamento de 10 milhões de metros cúbicos/dia cada a ser instalado a partir do Complexo Industrial do Porto do Açú até a praça de válvulas do Gasoduto Cabiúnas-Vitória.	LP nº IN050785	20/12/2019	20/12/2020

**a. Continuidade operacional**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia obterá recursos financeiros suficientes para gerar fluxo de caixa futuro.

A Companhia reconheceu um prejuízo líquido de R\$ 36.754 na controladora e R\$ 59.756 no consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 20.383 na controladora e R\$ 26.936 no consolidado em 31 de dezembro de 2018 e, nessa data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 5.943 na controladora e R\$ 153.341 no consolidado. A Administração não reconhece a incerteza sobre a capacidade futura de geração de fluxo de caixa operacional considerando:

- Aumento de capital realizado de R\$ 457.681, veja nota explicativa 27.a; e
- Fluxo de caixa operacional futuro, com base no plano de negócios revisado por consultoria especializada periodicamente.
- A controlada UTE GNA I, em agosto de 2019 obteve financiamento para sua obra. Foram liberados desembolsos no montante R\$ 1.224.804, pelo BNDES e R\$ 804.059, pelo IFC. Veja abertura dos números na nota explicativa 24.

## 2 Empresas do grupo

Controladas diretas	País	Participação acionária	
		2019	2018
Gás Natural Açú Infraestrutura (“GNA Infra”)	Brasil	95,03%	90,66%
UTE GNA II Geração de Energia Ltda (“GNA II”)	Brasil	49,50%	49,50%
Gás Natural Açú Comercializadora de energia Ltda (“GNA Comercializadora”)	Brasil	-	99,00%
<b>Controladas indiretas</b>			
UTE GNA I Geração de Energia S.A (“GNA I”)	Brasil	67,00%	67,00%

## 3 Base de preparação

### Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 8.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **4 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

#### **5 Moeda funcional**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **6 Uso de estimativas e julgamentos**

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras da Companhia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem a avaliação de vida útil do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados, intangíveis, a avaliação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos, instrumentos financeiros, dentre outros. A liquidação futura das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Na preparação destas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as políticas contábeis adotadas são uniformes àquelas utilizadas quando da preparação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018, exceto pelas novas políticas contábeis relacionadas com a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

#### **7 Mudanças nas principais políticas contábeis e divulgações**

##### **a. ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments)**

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Companhia avaliou os requerimentos dessa nova interpretação e concluiu que não há impacto significativo nas demonstrações financeiras.

**b. CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil**

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06(R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

**(i) Definição de arrendamento**

- Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 8.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso em linha específica do balanço patrimonial. Os valores contábeis dos ativos de direito de uso) são os seguintes:

	<b>Em milhares de reais</b>	
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Em 1º de janeiro de 2019	3.972	344.867
Em 31 de janeiro de 2019	25	104.882

**(ii) Impactos na transição**

A Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem simplificada e não rerepresentará as informações comparativas, consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão rerepresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.

Ao mensurar os passivos de arrendamento classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando taxas incrementais específicas para cada contrato conforme a seguir:

<b>Contratos</b>	<b>Taxas</b>
Sala comercial	9,98%
Terreno	10,35%
Impressoras	9,90%

**(iii) Como arrendatário**

Como arrendatário, a Companhia arrenda diversos ativos, incluindo imóveis, terrenos e equipamentos de TI. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.



**(iv) Impactos no exercício**

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, o impacto nas demonstrações financeiras está resumido abaixo:

Em milhares de reais	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2019
<b>Ativo</b>		
Ativos de direito de uso	25	104.858
Depreciação – Imobilizado em andamento (a)	-	4.219
Juros – Imobilizado em andamento (b)	-	10.916
<b>Passivo</b>		
Passivo de arrendamento	26	120.144
<b>Resultado</b>		
Amortização	488	541
Juros	(203)	191

- (a) O aluguel do terreno trata-se de um custo diretamente atribuível a construção da termoeletrica, por isso, de acordo com o IAS 16, a Companhia está capitalizando a parcela da amortização até que efetivamente a termoeletrica esteja pronta para operar.
- (b) O aluguel do terreno trata-se de um custo diretamente atribuível a construção da termoeletrica, por isso, de acordo com o CPC 20(R1) os juros atribuídos a esse contrato estão sendo capitalizados.

## 8 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

### a. Instrumentos financeiros

**(i) Ativos financeiros**

Ao ativos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, contas a receber entre partes relacionadas e derivativos.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão - para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contas a receber de partes relacionadas sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

### *Classificação e Mensuração Subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes) ou ao VJR (Valor justo por meio do resultado), com base:

- no modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros;
- nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro darem origem em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

### *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a Custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

### **(ii) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia deixa de conhecer um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iii) Instrumentos financeiros**

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

**Hedges de fluxo de caixa**

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em outros resultados abrangentes - ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por hedge, determinado com base no valor presente, desde a designação do hedge. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se o instrumento de hedge for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente.

**b. Imobilizado**

**Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

### **Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado em uso são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos

### **c. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido***

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

**d. Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

**e. Receitas e despesas financeiras**

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

**f. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

**g. Moeda estrangeira**

***Transações em moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

**h. Arrendamento**

***Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019***

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

**(i) Como arrendatário**

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

### **Arrendamentos de ativos de baixo valor**

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

## **9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

## **10 Caixa e equivalente de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	11	52	61	158
<b>Aplicações financeiras</b>				
Aplicações financeiras	2.747	5.110	370.308	60.295
	<b>2.747</b>	<b>5.110</b>	<b>370.308</b>	<b>60.295</b>
	<b>2.758</b>	<b>5.162</b>	<b>370.369</b>	<b>60.453</b>
Provisão de perda esperada (b)	-	(1)	(38)	(6)
<b>Total</b>	<b>2.758</b>	<b>5.161</b>	<b>370.331</b>	<b>60.447</b>

- (a) O saldo de caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro de 2019 é composto por conta corrente e aplicação CDB no Santander, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As perdas financeiras estimadas foram calculadas com base nas taxas de perda de um estudo de *Corporate Default* publicado pela S&P em 09 de abril de 2019, referente a 15 anos de dados coletados pela mesma sobre o risco de *default* de empresas em cada nível de *rating*.

O caixa e equivalentes de caixa são detidos com contrapartes bancárias e financeiras, que foram agrupados em 5 níveis, separados entre AAA e BB de acordo com seu *rating* na Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's. Conforme apresentado na tabela abaixo, as contrapartes em que a companhia possui saldos em aberto em 31 de dezembro de 2019 são classificadas em AAA, com base na média de suas classificações nas empresas de *rating* listadas acima.

A posição de perda estimada no caixa e equivalentes de caixa foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco.

**Em milhares de Reais**

Nível de Risco	Rating	Saldo Bruto	Taxa de perda(1)	Provisão de Perda
Nível 1	AAA	370.369	0,01%	38

(1) Taxa de Perda considera o Global Corporate Average Default Rate para 1 ano divulgado pela S&P em 05/04/18.

## 11 Depósitos bancários vinculados

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Depósito ANTAQ (a)	-	-	-	200
Depósito NTN-B (b)	-	-	11.446	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.446</b>	<b>200</b>
Circulante	-	-	-	200
Não circulante	-	-	11.446	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.446</b>	<b>200</b>

- (a) Em 25 de julho de 2019, recebemos o depósito bancário no valor de R\$200, referente à caução de garantia do instrumento convocatório nº 3/2018 do anúncio público, referente à construção e exploração de instalação portuária na região do município de São João da Barra pela Antaq.
- (b) Em maio de 2019, a GNA I cedeu fiduciariamente em garantia, em favor do BNDES, Títulos Públicos Federais (NTN-B 2035) no montante de R\$10.073, que permanecerão disponíveis até o final das obrigações no Contrato de Financiamento. Em 31 de dezembro de 2019 a UTE GNA I reconheceu o montante de R\$ 1.373 como ganhos de marcação a mercado no valor de seus títulos informado na nota explicativa 29.

## 12 Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:



	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Ativo:</b>				
<b>Contas a receber</b>				
GNA Infra (a)	824	1.639	-	-
UTE GNA I (a)	6.598	17.171	-	-
UTE GNA II (a) e (f)	5.977	1.089	-	-
<b>Total do ativo</b>	<b>13.399</b>	<b>19.899</b>	-	-
<b>Passivo:</b>				
<b>Contas a pagar</b>				
GNA Infra (a)	288	188	-	-
UTE GNA I (a)	4.400	1.280	-	-
Prumo Logística S.A (b)	2.456	2.665	4.692	4.585
Porto do Açú Operações S.A (b)	1.096	1.181	1.999	1.590
Siemens Aktiengesellschaft (c)	-	-	78.646	-
BP Global(d)	-	-	333	-
Lakeshore (e)	-	-	1.123	-
<b>Total</b>	<b>8.240</b>	<b>5.314</b>	<b>86.793</b>	<b>6.175</b>

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Resultado:</b>				
<b>Custos compartilhados</b>				
GNA Holdco	-	-	(9.820)	-
GNA Infra	764	1.451	3.749	3.120
UTE GNA I	9.838	15.891	(8.372)	6.826
UTE GNA II	3.300	1.089	18.838	1.089
Prumo Logística S.A	(917)	(1.056)	607	(3.050)
Porto do Açú Operações S.A	(249)	(782)	(1.104)	(1.501)
<b>Total</b>	<b>12.736</b>	<b>16.593</b>	<b>3.898</b>	<b>6.484</b>

- (a) Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal e outras despesas entre as empresas do grupo GNA;
- (b) Reconhecimento de despesas com pessoal e outras despesas gerais ocorridas entre a UTE GNA I, Porto do Açú e Prumo;
- (c) Compra de equipamentos para térmica;
- (d) Prestação de serviços sobre o gerenciamento do terminal;
- (e) Assessoria financeira para o leilão UTE GNA II e financiamento;
- (f) Em Julho de 2019 a GNA Infra e a Siemens pegaram um empréstimo com o banco BNP Paribas para aporte na GNA UTE I como mútuo. Este empréstimo/mútuo foi totalmente quitado em Agosto de 2019 quando a UTE GNA I recebeu o seu primeiro desembolso do financiamento com o BNDES/IFC. Veja abaixo a movimentação:

Descrição:	Infra	Siemens	2019
Desembolsos	553.603	315.981	869.584
IOF	6.577	3.754	10.331
FEE	1.210	690	1.900
<b>Liberação total</b>	<b>561.390</b>	<b>320.425</b>	<b>881.815</b>
Juros capitalizados	4.448	2.539	6.987
<b>Quitação</b>	<b>(565.838)</b>	<b>(322.964)</b>	<b>(888.802)</b>
Saldo em 31/12/2019	-	-	-

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Diretores</b>				
Pró-labore	(1.059)	5.975	(4.404)	8.384
Bônus	(1.202)	439	(6.708)	594
Benefícios e Encargos	(320)	1.806	(1.331)	2.534
Repasse de custo entre empresas (a)	1.320	-	4	-
<b>Total</b>	<b>(1.261)</b>	<b>8.220</b>	<b>(12.439)</b>	<b>11.512</b>

- (a) São valores relacionados aos gastos com diretoria nas empresas GNA HoldCo e GNA Infra e que foram repassadas para a UTE I

### 13 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	71	57	2.457	692
PIS / COFINS sobre importação	20	-	440	-
PIS / COFINS sobre ativo fixo	10	-	10	-
ICMS a recuperar	-	-	52	-
ISS a recuperar	4	18	4	269
	<b>105</b>	<b>75</b>	<b>2.963</b>	<b>961</b>
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	1.780	-	2.223	490
<b>Total</b>	<b>1.885</b>	<b>75</b>	<b>5.186</b>	<b>1.451</b>
Circulante	1.845	75	4.824	1.451
Não circulante	40	-	362	-
<b>Total</b>	<b>1.885</b>	<b>75</b>	<b>5.186</b>	<b>1.451</b>

## 14 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prêmio de seguros (a)	9	17	27.704	33.433
Custo de transação (b)	-	-	9.868	33.873
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>17</b>	<b>37.574</b>	<b>67.306</b>
Circulante	9	4	29.548	46.328
Não circulante	-	13	8.026	20.978
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>17</b>	<b>37.574</b>	<b>67.306</b>

- (a) Prêmios de seguros: riscos de engenharia, responsabilidade civil, transportes, FSRU e fiança.
- (b) A composição do custo de transação se dá por, todas as despesas (e receitas) incrementais que se originaram da operação de captação dos empréstimos, como taxas e comissões, despesas com intermediários financeiros, com consultores financeiros, com elaboração de projetos, auditores, advogados, escritórios especializados, gráfica, viagens etc

Enquanto não captados os recursos a que se referem os custos de transação incorridos, estes devem ser apropriados e mantidos em conta específica do ativo como pagamento antecipado, conta essa que será reclassificada para conta redutora do valor captado de empréstimo, no passivo, assim que concluído o processo de captação. Em setembro/19 foi feita a transferência referente ao primeiro desembolso conforme mencionado na nota 22.

## 15 Impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Impostos diferidos ativos	-	-	19.512	7.019
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.512</b>	<b>7.019</b>

	Consolidado	
	Impostos diferidos ativos	Impostos diferidos passivos
<b>Saldo em 1° de janeiro de 2018</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Despesas pré operacionais	7.019	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>7.019</b>	<b>-</b>
<b>Saldo em 1° de janeiro de 2019</b>	<b>7.019</b>	<b>-</b>
Despesas pré operacionais	12.493	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>19.512</b>	<b>-</b>

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b>	<b>(35.612)</b>	<b>(20.383)</b>	<b>(70.090)</b>	<b>(33.955)</b>
Alíquota imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido (base x alíquota)</b>	<b>12.108</b>	<b>6.930</b>	<b>23.831</b>	<b>11.545</b>
Adições permanentes:				
Brindes / Despesas indedutíveis	(1)	(2)	(1)	(2)
Gratificação/Bonus retenção	(498)	(1.195)	(2.648)	(1.638)
INSS s/Bonus/Gratificações	(84)	(149)	(452)	(201)
Desp Variação Cambial	-	-	(2.035)	-
Equivalência patrimonial	(12.992)	(4.840)	-	-
Créditos fiscais sobre prejuízo fiscal	-	(609)	(8.691)	(2.511)
Créditos fiscais não reconhecidos	(227)	(136)	(266)	(173)
Compensação de prejuízo fiscal	508	-	508	-
Adicional IRPJ	24	-	48	-
<b>Total do Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(1.162)</b>	<b>-</b>	<b>10.294</b>	<b>7.019</b>
Corrente	(1.162)	-	(2.199)	-
Diferido	-	-	12.493	7.019
<b>Total</b>	<b>(1.162)</b>	<b>-</b>	<b>10.294</b>	<b>7.019</b>
Alíquota efetiva	<b>3,26%</b>	<b>(%)</b>	<b>(14,70)%</b>	<b>(20,67)%</b>

Estudos técnicos de viabilidade indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma iniciará as operações em 2021.

## 16 Investimentos / Provisão para perdas de investimentos

### a. Participações societárias

2019										
Investida direta	% de participação	Quantidade ações / quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	AFAC	Reserva de capital	Ajuste avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado
GNA Infra	95,03%	9.424	1.210.502	8.776	1.201.726	624.397	-	624.397	(2.172)	(44.896)
GNA II	49,50%	1	18.621	26.116	(7.495)	2	13.677	-	-	(21.174)
2018										
Investida direta	% de participação	Quantidade ações / quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	AFAC	Reserva de capital	Ajuste avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado
GNA Infra	90,66%	4.783	594.136	3.488	590.648	302.854	-	302.855	-	(15.061)
GNA II	49,50%	2	16.292	3.914	12.378	2	13.677	-	-	(1.301)
GNA Comercializadora	99,00%	11	10	-	10	11	-	-	-	(1)

**b. Movimentações**

<b>Investida direta</b>	<b>2018</b>	<b>Aumento / devolução de capital</b>	<b>AFAC</b>	<b>Reserva de capital</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>	<b>Ganho/perda - % variação</b>	<b>Provisão para perda de investimentos (*)</b>	<b>2019</b>
GNA Infra	535.457	321.543	-	321.542	(28.352)	(2.065)	(6.141)	-	1.141.984
GNA II	6.147	-	-	-	(9.857)	-	-	3.710	-
GNA Comercializadora	10	(10)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>541.614</b>	<b>321.533</b>	<b>-</b>	<b>321.542</b>	<b>(38.209)</b>	<b>(2.065)</b>	<b>(6.141)</b>	<b>3.710</b>	<b>1.141.984</b>

(\*) - O patrimônio líquido da subsidiária GNA II ficou negativo. Assim foi transferido o saldo total do investimento para essa linha.

<b>Investida direta</b>	<b>2017</b>	<b>Aumento de capital</b>	<b>AFAC</b>	<b>Reserva de capital</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>	<b>Ganho/perda - % variação</b>	<b>Provisão para perda de investimentos (*)</b>	<b>2018</b>
GNA Infra	13.471	234.219	-	289.655	(13.607)	-	11.719	-	535.457
GNA II	1	-	6.770	-	(624)	-	-	-	6.147
GNA Comercializadora	-	10	-	-	-	-	-	-	10
<b>Total</b>	<b>13.472</b>	<b>234.229</b>	<b>6.770</b>	<b>289.655</b>	<b>(14.231)</b>	<b>-</b>	<b>11.719</b>	<b>-</b>	<b>541.614</b>

## 17 Imobilizado

	<b>Controladora</b>					
	<b>Gastos de Desenvolvimento de projetos</b>	<b>Benfeitoria em propriedades de terceiros</b>	<b>Equipamentos de TI</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2018</b>	-	-	-	-	-	-
Adições	92	2.110	1.087	26	4	<b>3.319</b>
Depreciação	-	-	(81)	(4)	-	<b>(85)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>92</b>	<b>2.110</b>	<b>1.006</b>	<b>22</b>	<b>4</b>	<b>3.234</b>
Custo	92	1.746	1.087	390	4	<b>3.319</b>
Depreciação acumulada	-	-	(81)	(4)	-	<b>(85)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>92</b>	<b>1.746</b>	<b>1.006</b>	<b>386</b>	<b>4</b>	<b>3.234</b>
Adições (***) e (***)	103	12	24	5	-	<b>144</b>
Depreciação	-	(71)	(221)	(39)	-	<b>(331)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>195</b>	<b>1.687</b>	<b>809</b>	<b>352</b>	<b>4</b>	<b>3.047</b>
Custo	195	1.758	1.111	395	4	<b>3.463</b>
Depreciação acumulada	-	(71)	(302)	(43)	-	<b>(416)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>195</b>	<b>1.687</b>	<b>809</b>	<b>352</b>	<b>4</b>	<b>3.047</b>
<b>Taxa de depreciação</b>	-%	<b>20%</b>	<b>20%</b>	<b>10%</b>	<b>10%</b>	-

	<b>Consolidado</b>							
	<b>Adiantamentos para formação de imobilizado (*)</b>	<b>Obras em andamento e equipamentos em construção (**)</b>	<b>Gastos de desenvolvimento de projetos</b>	<b>Benfeitoria em propriedades de terceiros</b>	<b>Equipamentos de TI</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>8.138</b>	<b>3.922</b>	-	-	-	-	-	<b>12.060</b>
Adições	327.177	460.181	488	1.746	1.365	502	4	<b>791.463</b>
Transferências	(56.822)	56.822	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	-	-	-	(96)	(5)	-	<b>(101)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>278.493</b>	<b>520.925</b>	<b>488</b>	<b>1.746</b>	<b>1.269</b>	<b>497</b>	<b>4</b>	<b>803.422</b>
Custo	278.493	520.925	488	1.746	1.365	502	4	<b>803.523</b>
Depreciação acumulada	-	-	-	-	(96)	(5)	-	<b>(101)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>278.493</b>	<b>520.925</b>	<b>488</b>	<b>1.746</b>	<b>1.269</b>	<b>497</b>	<b>4</b>	<b>803.422</b>
Adições (***) e (****)	-	2.373.573	5.538	12	633	52	9	<b>2.379.817</b>
Transferências	(263.406)	259.976	3.430	-	-	-	-	-
Depreciação	-	-	-	(71)	(376)	(55)	-	<b>(502)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>15.087</b>	<b>3.154.474</b>	<b>9.456</b>	<b>1.687</b>	<b>1.526</b>	<b>494</b>	<b>13</b>	<b>3.182.737</b>
Custo	15.087	3.154.474	9.456	1.758	1.998	554	13	<b>3.183.340</b>
Depreciação acumulada	-	-	-	(71)	(472)	(60)	-	<b>(603)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>15.087</b>	<b>3.154.474</b>	<b>9.456</b>	<b>1.687</b>	<b>1.526</b>	<b>494</b>	<b>13</b>	<b>3.182.737</b>
<b>Taxa de depreciação</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>20%</b>	<b>20%</b>	<b>10%</b>	<b>10%</b>	<b>-</b>

(\*) Adiantamento para formação de imobilizado: O saldo de adiantamentos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é composto por adiantamentos feitos a fornecedores para entrega de equipamentos.



(\*\*) Obras em andamento e equipamentos em construção: O saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2019 é composto por custos iniciais de obra da termelétrica.

(\*\*\*) Das adições ocorridas no período, o montante total de R\$ 78.979 não teve efeito de fluxos de caixa, sendo ainda um passivo, conforme demonstrado na nota 12.

(\*\*\*\*) Foram capitalizados em 31 de dezembro de 2019 os seguintes valores no consolidado:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Juros Empréstimos (BNDES e IFC)	67.693	-
IOF sobre empréstimos (BNDES e IFC)	28.272	-
Receitas financeiras	(9.885)	-
Custo de transação (BNDES e IFC)	11.041	-
Amortização direito de uso (Terreno)	4.219	-
Despesa de juros sobre arrendamento (Terreno)	10.916	-
IOF sobre mútuo	9.210	-
Juros sobre mútuo	6.987	-
<b>Total</b>	<b>128.453</b>	<b>-</b>

## 18 Intangível

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		
	<b>Licenças de uso de software</b>	<b>Total</b>	<b>Direito de comercialização de energia (*)</b>	<b>Licenças de uso de software</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>30.000</b>	<b>15</b>	<b>30.015</b>
Adições	-	-	-	813	813
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>30.000</b>	<b>828</b>	<b>30.828</b>
Custo	15	15	30.000	828	30.828
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>30.000</b>	<b>828</b>	<b>30.828</b>
Adições	-	-	-	136	136
Amortização	-	-	-	(16)	(16)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>30.000</b>	<b>948</b>	<b>30.948</b>
Custo	15	15	30.000	964	30.964
Amortização acumulada	-	-	-	(16)	(16)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>30.000</b>	<b>948</b>	<b>30.948</b>
<b>Vida útil</b>	<b>5 anos</b>	<b>-</b>	<b>23 anos</b>	<b>5 anos</b>	<b>-</b>

(\*) Em 19 de dezembro de 2017 através da resolução autorizativa nº 6.769 a ANEEL transfere o direito de comercialização de energia, conforme mencionado na nota explicativa nº 01 - Contexto Operacional. O início da operação está previsto para janeiro de 2021.

## 19 Direito de uso / Passivo de arrendamento

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A movimentação nos doze meses de 2019 do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora								
	Saldo 01/01/2019	Taxa Incremental	PIS/COFINS a recuperar	Adições	Baixa	Amortização	Pagamentos	Juros apropriados	Saldo 31/12/2019
<b>Ativos</b>									
Impressoras	499	(2)	-	-	(455)	(17)	-	-	25
Máquina de café	20	-	-	-	(20)	-	-	-	-
Sala comercial	3.453	864	-	-	(3.829)	(488)	-	-	-
<b>Total do ativo</b>	<b>3.972</b>	<b>862</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.304)</b>	<b>(505)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25</b>
<b>Passivos</b>									
Impressoras	42	168	-	(172)	-	-	(19)	-	19
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Impressoras	-	-	-	(4)	-	-	-	3	(1)
Máquina de café	2	-	-	-	(2)	-	-	-	-
Sala comercial	288	1.034	-	70	(1.205)	-	(187)	-	-
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Sala comercial	-	-	-	(576)	780	-	-	(204)	-
<b>Passivo arrendamento CP</b>	<b>332</b>	<b>1.202</b>	<b>-</b>	<b>(682)</b>	<b>(427)</b>	<b>-</b>	<b>(206)</b>	<b>(201)</b>	<b>18</b>
Impressoras	457	(142)	-	-	(306)	-	-	-	9
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Impressoras	-	-	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Máquina de café	18	-	-	-	(18)	-	-	-	-
Sala comercial	3.165	384	-	-	(3.549)	-	-	-	-
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Sala comercial	-	-	-	(723)	723	-	-	-	-
<b>Passivo arrendamento LP</b>	<b>3.640</b>	<b>242</b>	<b>-</b>	<b>(724)</b>	<b>(3.150)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>3.972</b>	<b>1.444</b>	<b>-</b>	<b>(1.406)</b>	<b>(3.577)</b>	<b>-</b>	<b>(206)</b>	<b>(201)</b>	<b>26</b>
<b>Resultado</b>									
Amortização - Impressoras	-	-	(2)	-	-	17	-	-	15
Amortização - Sala comercial	-	-	(15)	-	-	488	-	-	473
Despesa de Juros - Impressoras	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Despesa de Juros - Sala comercial	-	-	(2)	-	-	-	-	(204)	(206)
<b>Resultado arrendamento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(19)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>505</b>	<b>-</b>	<b>(201)</b>	<b>285</b>

**Gás Natural Açú S.A.**  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2019 e 2018*

	<b>Consolidado</b>									
	<b>Saldo</b>	<b>Taxa</b>	<b>PIS/COFINS</b>					<b>Juros</b>	<b>Correção</b>	<b>Saldo</b>
	<b>01/01/2019</b>	<b>Incremental</b>	<b>a recuperar</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixa</b>	<b>Amortização</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>apropriados</b>	<b>Monetária</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Ativos</b>										
Impressoras	499	(2)	-	-	(455)	(17)	-	-	-	25
Máquina de café	20	-	-	-	(20)	-	-	-	-	-
Terrenos	340.895	(29.567)	-	-	(200.749)	(9.327)	-	-	-	101.252
Sala comercial	3.453	864	-	4.146	(3.830)	(1.028)	-	-	-	3.605
<b>Total do ativo</b>	<b>344.867</b>	<b>(28.705)</b>	<b>-</b>	<b>4.146</b>	<b>(205.054)</b>	<b>(10.372)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>104.882</b>
<b>Passivos</b>										
Impressoras	42	168	-	(172)	-	-	(19)	-	-	19
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Impressoras	-	-	-	(4)	-	-	-	3	-	(1)
Máquina de café	2	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-
Terrenos	28.408	-	-	-	(28.408)	-	-	-	-	-
Sala comercial	288	1.034	-	1.942	(1.205)	-	(768)	-	-	1.291
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Sala comercial	-	-	-	(832)	779	-	-	(13)	-	(66)
<b>Passivo arrendamento CP</b>	<b>28.740</b>	<b>1.202</b>	<b>-</b>	<b>934</b>	<b>(28.836)</b>	<b>-</b>	<b>(787)</b>	<b>(10)</b>	<b>-</b>	<b>1.243</b>
Impressoras	457	(142)	-	-	(306)	-	-	-	-	9
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Impressoras	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Máquina de café	18	-	-	-	(18)	-	-	-	-	-
Terrenos	312.487	202.179	-	-	(188.702)	-	-	-	-	325.964
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Terrenos	-	-	-	(220.492)	-	-	-	10.916	-	(209.576)
Sala comercial	3.165	384	-	3.115	(3.549)	-	-	-	-	3.115
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Sala comercial	-	-	-	(1.308)	723	-	-	-	-	(585)
<b>Passivo arrendamento LP</b>	<b>316.127</b>	<b>202.421</b>	<b>-</b>	<b>(218.686)</b>	<b>(191.852)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.916</b>	<b>-</b>	<b>118.926</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>344.867</b>	<b>203.623</b>	<b>-</b>	<b>(217.752)</b>	<b>(220.688)</b>	<b>-</b>	<b>(787)</b>	<b>10.906</b>	<b>-</b>	<b>120.169</b>
<b>Resultado</b>										
Amortização - Impressoras	-	-	(2)	-	-	17	-	-	-	15
Amortização - Sala comercial	-	-	(65)	-	-	1.028	-	-	-	963
Despesa de Juros - Impressoras	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3
Despesa de Juros - Sala comercial	-	-	(6)	-	-	-	-	(13)	-	(19)
<b>Resultado arrendamento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(73)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.045</b>	<b>-</b>	<b>(10)</b>	<b>-</b>	<b>962</b>

Após a análise da aderência da norma IFRS 16, a Companhia identificou os seguintes contratos: aluguel do terreno da empresa Porto do Açú Operações S.A (parte relacionada), aluguel das impressoras e aluguel da sala comercial como sendo aderentes a esta norma.

Conforme mencionado na nota explicativa 7, a amortização e a despesa de juros relacionadas ao aluguel do terreno, estão sendo capitalizadas, no montante de R\$ 15.135.

Conforme mencionado na nota explicativa 7, a Companhia ao mensurar os passivos de arrendamento classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando taxas incrementais específicas para cada contrato conforme a seguir:

<b>Contratos</b>	<b>Taxas</b>
Sala comercial	9,98%
Terreno	10,35%
Impressoras	9,90%

O fluxo de pagamento dos contratos está demonstrado abaixo:

**Fluxo de pagamentos - Sala comercial**

2019	580
2020	1.291
2021	1.335
a partir de 2022	1.780

**Fluxo de pagamentos - Terreno**

2019	-
2020	-
2021	14.172
a partir de 2022	311.792

**Fluxo de pagamentos - Impressoras**

2019	18
2020	18
2021	9
a partir de 2022	-

## 20 Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Fornecedores nacionais	164	375	20.290	7.977
Fornecedores estrangeiros	-	5	54.258	1.307
<b>Total</b>	<b>164</b>	<b>380</b>	<b>74.548</b>	<b>9.284</b>

## 21 Salários e encargos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Gratificações a pagar	1.857	1.978	11.420	5.328
Férias	97	29	1.338	568
Encargos sobre férias	45	14	958	329
INSS	398	510	1.873	1.311
FGTS	10	8	188	124
Seguros	4	4	23	15
Contribuição sindical	-	-	2	1
<b>Total</b>	<b>2.411</b>	<b>2.543</b>	<b>15.802</b>	<b>7.676</b>

## 22 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto sobre serviço ("ISS")	-	-	825	194
INSS terceiros	-	2	13	10
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços ("ICMS")	-	2	739	117
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	129	136	938	1.002
PIS/COFINS a recolher	1	1	70	19
PIS/COFINS/ CSLL - retenção	5	31	113	1.328
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>172</b>	<b>2.698</b>	<b>2.670</b>
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	1.162	-	1.443	-
<b>Total</b>	<b>1.297</b>	<b>172</b>	<b>4.141</b>	<b>2.670</b>

## 23 Obrigações com terceiros

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
TCCA - Termo de compromisso ambiental (a)	-	-	-	9.579
TCCA - Terminal (b)	-	-	207	-
Bolognesi Energia (c)	-	-	21.970	21.385
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22.177</b>	<b>30.964</b>
Circulante	-	-	5.700	9.579
Não circulante	-	-	16.477	21.385
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22.177</b>	<b>30.964</b>

- (a) Termo de compromisso de compensação ambiental – térmica.  
Este termo tem como objetivo estabelecer a compensação ambiental, prevista no artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, que instituiu um valor de R\$ 28.736, pagos mensalmente, em 12 parcelas iguais no valor de R\$ 2.395.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia já efetuou o pagamento das 12 parcelas, totalizando o valor de R\$ 28.736.

- (b) Termo de compromisso de compensação ambiental - terminal.  
 Este termo tem como objetivo estabelecer a compensação ambiental, prevista no artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, que instituiu um valor de R\$ 2.495, a ser pago mensalmente, em 12 parcelas iguais no valor de R\$ 207.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia já efetuou o pagamento de 11 parcelas, ficando 1 em aberto que totalizam o valor de R\$ 207. Esta última parcela será quitada em janeiro de 2020

- (c) No contrato os valores a serem pagos estão divididos em parcelas fixas, já provisionadas no valor original de R\$30.000 até 31 de dezembro de 2018, que são corrigidas, anualmente pelo IPCA até a data do efetivo pagamento e parcelas variáveis que serão reconhecidas no início da operação, conforme tabela abaixo

Vencimento	Parcela	Valor original	IPCA		Pagamento	Saldo 2019
			2018	2019		
mai/18	001	10.000	-	-	(10.000)	-
jan/20	002	5.000	275	217	-	5.492
abr/21	003	15.000	1.110	368	-	16.478
<b>Total</b>		<b>30.000</b>	<b>1.385</b>	<b>585</b>	<b>(10.000)</b>	<b>21.970</b>

As parcelas variáveis serão pagas anualmente, a partir de abril/2021, sendo 90 dias após a entrada da operação da térmica, sempre no primeiro dia útil do mês de abril, com base nos demonstrativos financeiros auditados do ano anterior, com parcelas equivalentes a 3% calculado sobre o fluxo de caixa livre do acionista, definido por:

- = EBITDA
- (+/-) variação do capital de giro;
- (-) IR/CSSL pagos;
- (-) despesas financeiras;
- (+) receita financeira das contas reversas \*;
- (-) investimento em manutenção;
- (-) amortização de financiamentos;
- (+) desembolsos de financiamentos
- (+/-) variação de contas reservas \*

Caso as contas reservas sejam preenchidas com geração de caixa operacional, serão desconsideradas da fórmula acima a variação da conta reserva e a receita financeira correspondente.

O não pagamento de qualquer dos valores previstos nesse contrato, acarretará na incidência de atualização pela variação do CDI, até a data do efetivo pagamento, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, bem como multa moratória 2% (dois por cento) sobre o saldo devedor.

## 24 Empréstimos

Em 20 de dezembro de 2018 e 15 de março de 2019, a Companhia através de sua subsidiária UTE I assinou contratos de financiamento com BNDES e IFC, respectivamente, cujos valores serão disponibilizados ao longo dos exercícios de 2019 e 2020.

Os empréstimos possuem estrutura de “Project Finance”, garantidos principalmente através de, alienação fiduciária de ativos (equipamentos), ações, contas e cessão condicional dos direitos contratuais da sociedade, bem como pelo fluxo de recebíveis de seus contratos de comercialização de energia (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, “CCEAR”).

O quadro abaixo demonstra como o financiamento está estruturado:

Bancos	Moeda	Objetivo	Vencimento	Garantias (a)	Linha de crédito total
BNDES	Real	Investimentos	jan/33	Contas Reserva, Alienação Fiduciária e Cessão Condicional.	1.762.800
IFC (b)	USD	Investimentos	jan/34		288.000

- (a) O pacote de garantias é compartilhado em primeiro grau, de forma proporcional e sem qualquer ordem de preferência de recebimento entre os credores seniores.
- (b) Limite de crédito contratado em dólar, sendo os desembolsos/captações realizados em reais (convertidos ao câmbio do momento de desembolso para fins de consumo do limite de crédito).

Em agosto de 2019, foram liberados desembolsos no valor de R\$ 1.224.804, do BNDES, e R\$ 804.059 do IFC, conforme solicitação da subsidiária UTE I.

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo está reconhecido da seguinte forma:

Bancos	Ingresso em R\$	Juros Apropriados	Juros pagos	Custo de Captação	Total Empréstimo
<b>BNDES</b>	1.224.804	34.741	(5.277)	(393.357)	860.911
<b>IFC</b>	804.059	32.952	-	(59.174)	777.837
<b>Total</b>	<u>2.028.863</u>	<u>67.693</u>	<u>(5.277)</u>	<u>(452.531)</u>	<u>1.638.748</u>
<b>Circulante</b>	-	67.693	(5.277)	-	62.416
<b>Não Circulante</b>	<u>2.028.863</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(452.531)</u>	<u>1.576.332</u>
<b>Total</b>	<u>2.028.863</u>	<u>67.693</u>	<u>(5.277)</u>	<u>(452.531)</u>	<u>1.638.748</u>

Os vencimentos e amortizações do custo de captação e das parcelas a longo prazo são os seguintes:

Ano	Dívida	Juros	Custo de transação
2020	-	62.416	(35.499)
2021	40.577	-	(36.780)
2022	101.443	-	(35.611)
2023	113.616	-	(35.562)
a partir de 2024	1.773.226	-	(309.079)



Em consonância ao CPC 20(R1) os Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo, desta forma, a empresa apropria a parcela do custo de captação e do juros ao imobilizado em curso até que entre em operação.

### **Covenants financeiros e não financeiros**

Os contratos de financiamento possuem cláusulas com *covenants* financeiros e não financeiros, usuais para este tipo de transação, como a obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras, conformidade com as obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas e legislação ambiental aplicável, restrições quanto à endividamento adicional e alienações de ativos fora do curso normal do negócio.

Os contratos celebrados entre Companhia e credores estabelecem também, 12 meses após início de operações, a obrigação de manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida acima de 1,10 vezes nas datas de medição aplicáveis.

## **25 Provisão para contingências**

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contingências cíveis é R\$ 270 na subsidiária UTE I, referente provisão de perda provável na instituição de servidão administrativas na área da Linha de Transmissão na região do município de São João da Barra.

## **26 Patrimônio líquido**

	Controladora			
	2019		2018	
	Quantidade de ações ordinárias (mil)	% participação	Quantidade de ações ordinárias (mil)	% participação
Acionistas				
Prumo	253.315	70,00%	72.246	72,19%
BP	108.564	30,00%	27.829	27,81%
<b>Total</b>	<b>361.879</b>	<b>100,00%</b>	<b>100.075</b>	<b>100,00%</b>

### **a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$614.058, representado por 361.879 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$156.377, representado por 100.075 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2018). Os aportes de aumento de Capital Social efetuados no período estão demonstrados conforme abaixo:

	Acionista		Capital Social
	Prumo	BP	
Saldo Inicial			
01/01/2019	112.889	43.488	156.377
<b>Data da integralização</b>			
08/01/2019	44.335	19.001	63.336
15/02/2019	101.714	43.724	145.438
11/03/2019	25.120	10.766	35.886
01/04/2019	40.705	17.445	58.150
08/05/2019	-	10.711	10.711
16/05/2019	102.103	42.057	144.160
<b>Total</b>	<b>426.866</b>	<b>187.192</b>	<b>614.058</b>

**b. Reserva de capital**

Em 31 de dezembro de 2019, a reserva de capital da Companhia é de R\$614.058, onde a Prumo possui o montante de R\$424.483 e a BP R\$ 189.575 (Em 31 de dezembro de 2018, a GNA HoldCo possuía R\$ 112.889 e a BP R\$ 43.488). Os aportes de aumento de Reserva de capital efetuados no período estão demonstrados conforme abaixo:

	<u>Acionista</u>		<b>Reserva de capital</b>
	<b>Prumo</b>	<b>BP</b>	
<b>Saldo Inicial</b>			
01/01/2019	112.889	43.488	156.377
<b>Data da integralização</b>			
08/01/2019	44.335	19.001	63.336
15/02/2019	101.714	43.724	145.438
11/03/2019	25.120	10.766	35.886
01/04/2019	40.705	17.445	58.150
08/05/2019	-	10.711	10.711
16/05/2019	99.720	44.440	144.160
<b>Total</b>	<b>424.483</b>	<b>189.575</b>	<b>614.058</b>

**c. Dividendos**

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou prejuízo não havendo distribuição de dividendos.

**27 Despesas gerais e administrativas**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Pessoal	(2.148)	(7.739)	(47.840)	(27.909)
Despesas jurídicas	(400)	(148)	(5.487)	(3.305)
Consultoria e auditoria	(146)	(4.583)	(2.683)	(5.866)
Impostos, multas e taxas	184	(186)	(301)	(711)
TI e telecom	(662)	(274)	(3.426)	(657)
Comunicação e assuntos institucionais	(427)	(820)	(1.693)	(920)
Despesas ambientais e fundiárias	152	-	95	-
Viagens	1.069	(1.362)	(3.206)	(1.455)
Serviços administrativos	6.463	5.935	3.825	3.262
Serviços operacionais	17	(1)	(85)	(3)
Seguros	(285)	1.358	(603)	1.358
Depreciação e amortização	(857)	(85)	(1.852)	(101)
Despesas gerais e manutenção	11	(103)	(2.240)	(148)
Outros serviços de terceiros	(981)	1.677	(2.388)	1.157
Outras despesas	(144)	16	(73)	(3)
<b>Total</b>	<b>1.846</b>	<b>(6.315)</b>	<b>(67.957)</b>	<b>(35.301)</b>

## 28 Resultado financeiro

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do resultado financeiro foi R\$ 750 na controladora e R\$ (2.101) no consolidado, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Despesas financeiras</b>				
Despesas bancárias	(4)	(6)	(37)	(12)
Comissões e corretagens	(5)	(104)	(38)	(129)
Perda em operações de Hedge (-NDF)	-	-	(58)	-
IOF	(39)	(7)	(2.031)	(317)
Juros e multas	(6)	(30)	(300)	(319)
Atualização IFRS 16	297	-	114	-
Variação financeira - IPCA	-	-	(879)	(1.386)
Juros sobre empréstimos	-	-	(13.311)	-
Variação cambial	141	78	(5.792)	73
	<b>384</b>	<b>(69)</b>	<b>(22.332)</b>	<b>(2.090)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros sobre aplicações financeiras	364	233	14.030	3.442
Ganho em operações de Hedge (-NDF)	-	-	28	-
Variação financeira - IPCA	-	-	285	-
Variação monetária - títulos públicos	-	-	1.373	-
Juros sobre mútuo	-	-	4.448	-
Juros ativos ou auferidos	2	-	63	-
Descontos obtidos	-	-	4	-
	<b>366</b>	<b>233</b>	<b>20.231</b>	<b>3.442</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>750</b>	<b>164</b>	<b>(2.101)</b>	<b>1.352</b>

## 29 Gestão de riscos financeiros

### a. Considerações gerais e políticas internas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, e na Política de Risco de Crédito aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e normativos, destaca-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira.

Além disso, a utilização de derivativos tem como único propósito a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

**b. Gestão de risco de mercado**

***Risco cambial***

A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2019, operações de hedge cambial.

As estratégias de hedge cambial são descritas no item e) ‘Informações complementares sobre os instrumentos derivativos’.

***Risco de taxas de juros***

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer perdas, devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas aos rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

**c. Gestão de risco de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principal ponto o hedge das dívidas em moeda estrangeira.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 2.747 na controladora e R\$ 370.307 no consolidado.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual e utiliza para projeção do endividamento vigente em 31 de dezembro de 2019, as curvas forwards de mercado para os indexadores e moedas.

Passivos financeiros não derivativos (Consolidado)	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 6 meses	2020					2024 em diante
				2020	2021	2022	2023	2024	
Empréstimos	1.638.748	2.028.863	-	-	40.577	101.443	113.616	1.773.226	
Fornecedores	74.548	74.548	74.548	-	-	-	-	-	
<b>Passivos financeiros derivativos</b>									
Non-deliverable Forwards (NDF)	3.243	3.243	-	1.257	1.986	-	-	-	

**d. Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

***Risco de crédito junto a instituições financeiras***

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2019	2018
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalente de caixa	330.331	60.447

**e. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos**

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial. O instrumento utilizado é *Non-deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de hedge estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no período.

Com o objetivo de determinar a relação econômica entre protegidos pagamentos a fornecedores e o instrumento de hedge, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente.

***Programa de hedge das Non-deliverable Forward - NDF***

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a controlada UTE GNA I pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar e Euro.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Ativo</b>		
Circulante	2.684	-
Não circulante	667	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>3.351</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>		
Circulante	3.941	-
Não circulante	2.653	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>6.594</b>	<b>-</b>
Outros resultados abrangentes	<b>(3.243)</b>	<b>-</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>(3.243)</b>	<b>-</b>
<b>Ganho(Perda) Hedge reconhecido no imobilizado</b>	<b>37.550</b>	<b>-</b>

<b>Consolidado</b>						
	<u>NDF contratadas (em Reais)</u>			<u>Marcação a mercado (MTM)</u>		<u>Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago</u>
<b>NDF</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>Vencimento (ano)</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>
Termo USD	9.356	-	2019	-	-	17.780
Termo USD	78.928	-	2020	2.473	-	-
Termo USD	87.250	-	2021	667	-	-
Termo EUR	9.855	-	2019	-	-	19.770
Termo EUR	82.713	-	2020	(3.730)	-	-
Termo EUR	41.109	-	2021	(2.653)	-	-
<b>Líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>(3.243)</b>	<b>-</b>	<b>37.550</b>

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge accounting e mensurado a valor justo por meio do resultado abrangente.

#### ***Tratamento contábil dos instrumentos derivativos***

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue:

- (i) Hedge de fluxo de caixa: as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) e o componente ineficaz registrado no resultado (Receita/Despesa financeira). Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para o Imobilizado em conta apropriada (Hedge liquidado) quando o item protegido for efetivamente realizado.

A subsidiária GNA I documenta no início da operação de hedge accounting, com o objetivo de gestão de risco, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens por ele protegidos, assim como a estratégia para a realização de operações de hedge e também documenta, tanto no início quanto de forma contínua, sua avaliação de que os derivativos usados nas operações de hedge são eficazes.

#### **f. Análise de sensibilidade**

As análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.
- Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que encontram-se registrados no balanço patrimonial.

<b>Operação</b>	<b>Moeda</b>	<b>Risco</b>	<b>Cotação</b>	<b>Exposição</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Impacto cenário (II)</b>	<b>Impacto cenário (III)</b>
<b>NDF</b>							
Item protegido: parte de desembolso em USD	Dólar	Queda do dólar	4,0307	3.140	1.368	(42.773)	(86.910)
Item protegido: parte de desembolso em EUR	Euro	Queda do euro	4,5305	(6.383)	(9.589)	(39.553)	(69.518)
<b>Exposição líquida</b>			-	<b>(3.243)</b>	<b>(8.221)</b>	<b>(82.326)</b>	<b>(156.428)</b>

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

<b>Operação</b>	<b>Indexador</b>	<b>Risco</b>	<b>Taxa no período</b>	<b>Exposição (BRL) (Base 31/12/2019)</b>	<b>Rendimento bruto no cenário provável (BRL)</b>	<b>Impacto cenário (II) (BRL)</b>	<b>Impacto cenário (III) (BRL)</b>
Aplicações de renda fixa	CDI	Queda de juros	4,15% a.a	367.686	14.776	(3.689)	(7.381)

**g. Estimativa de valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo dos instrumentos de derivativos, denominados *Non-Deliverable Forward* (NDF), contratados pela UTE GNA I, utilizamos as taxas de mercado obtidas no site da B3, sendo elas (i) DI x Pré; (ii) Real x USD (iii) Real x Euro. Para esta precificação, consideramos a data de fechamento do período contábil em análise.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia;
- Nível 2 - Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

	Nível	Consolidado			
		2019		2018	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativos financeiros (Circulante / Não Circulante)</b>					
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>					
Caixa e equivalente de caixa	1	370.331	370.331	60.447	60.447
<b>Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>					
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>					
Fornecedores	2	74.548	74.548	9.284	9.284
Empréstimos	2	1.638.748	1.638.748	-	-
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente</b>					
Non-deliverable forwards (NDF) - Instrumento de Hedge	2	(3.243)	(3.243)	-	-

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2 durante o período findo em 31 de dezembro de 2019.



### **Métodos e técnicas de avaliação**

A Companhia entende que valor justo de fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil.

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para cálculo da marcação a mercado - MTM, utiliza-se a projeção da cotação da moeda contratada na NDF para a data de vencimento de acordo com a curva de futuros da BM&F. Este valor é trazido a valor presente de acordo com a projeção do CDI segundo a curva de DI futuro da BM&F.

## **30 Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as coberturas de seguros são as seguintes:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Danos Materiais (Riscos de Engenharia)	3.605.950	3.466.479
Responsabilidade Civil e Danos Ambientais	82.578	82.578
Lucros Cessantes Esperados	3.018.110	4.641.960
Transporte de Equipamentos Importados	1.519.574	1.459.447
Responsabilidade Civil (Escritório e Funcionários)	10.000	-
Garantia de Performance	360.108	-
Garantia Fiança - Locação	1.711	-
D&O	200.000	-
Incêndio (property do escritório)	6.000	-

## **31 Compromissos assumidos**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou compromissos assumidos de compras futuras na Controlada no valor de R\$74.915 (R\$223.099 em 31 de dezembro de 2018), que deverão ser cumpridos no decorrer das obras da Termelétrica. Já no Consolidado apresentou compromissos assumidos de compras futuras no valor de R\$1.861.901 (R\$2.490.524 em 31 de dezembro de 2018).

## **32 Eventos subsequentes**

### **a. COVID-19**

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Apesar da situação atual da disseminação do surto, entendemos não haver necessidade de revisão do fluxo futuro de receitas, que se baseiam majoritariamente em componente fixo e de longo prazo derivado de leilões (UTE I e II).

Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro na fase de comissionamento da UTE I e na fase de implantação da obra da UTE II.

Importante notar que os contratos técnicos e operacionais da UTE I seguem vigentes, enquanto os da UTE II foram firmados em 2020.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa 29.b o risco de variação cambial do dólar norte-americano e do euro estão mitigados através das operações de hedge cambial.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- criação de um Comitê de Crise para avaliação dos impactos futuros;
- reuniões virtuais, suspensão de eventos e viagens;
- implementação de home office para colaboradores dos escritórios sempre que possível;
- atividades executadas na obra pelos nossos Contratados foram parcialmente e temporariamente paralisadas, excetuando-se somente atividades específicas e essenciais a conservação do empreendimento, permitindo a retomada imediata, sem retrabalhos, após equacionado o surto de coronavírus;
- debate com os acionistas e fornecedores dos equipamentos, para alinhar futuras aquisições e início de implantação do projeto, considerando o cenário atual do surto.

Outros impactos do coronavirus podem vir a ter efeitos, contudo não é possível ainda mensurar esses impactos.

**b. Arbitragem**

A UTE GNA I teve conhecimento da instauração de requerimento de arbitragem em janeiro de 2020, na qual foi uma das requeridas, junto com outras duas empresas em procedimento instaurado, relacionado a serviços da áreas do Porto do Açú, localizado no município de São João da Barra, dentre tais áreas o Terminal de Gás Natural Liquefeito (“Terminal de GNL”) da UTE GNA I. Os valores estão em discussão com os advogados e atualmente a provisão de perda é possível.

**c. UTE II**

- Licença de instalação:

Em 27 de janeiro de 2020, a Companhia recebeu do Governo do Rio de Janeiro, a licença de instalação da usina termelétrica GNA II, de aproximadamente 1,7GW de capacidade instalada emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

- Acordo de acionistas:

Em 21 de fevereiro de 2020, foi celebrado o Acordo de Acionistas da UTE GNA II Geração de Energia S.A. (“GNA II”) entre a Gás Natural Açú Infraestrutura S.A., Siemens Participações Ltda. e GNA II, na qualidade de interveniente. O Acordo, cuja eficácia está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, tem como finalidade regular governança da GNA II, bem como os compromissos de aporte de seus acionistas, em termos e condições a serem acordados pelas partes. Nos termos do documento, os aportes de capital na GNA II estão sujeitos ao fechamento do financiamento de longo prazo do projeto, previsto para o segundo semestre de 2020.

- Acordos técnicos/comerciais:

Em 21 de fevereiro de 2020, a Companhia assinou acordos técnicos/comerciais, conforme a listagem abaixo:

- **Engineering, Procurement and Construction (EPC)** – Celebrado entre, de um lado, UTE GNA II Geração de Energia S.A., e, do outro, Siemens Aktiengesellschaft, Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e AG Construções e Serviços S.A., em 21 de janeiro de 2020, cujo escopo é a implantação de uma usina termelétrica de ciclo combinado, a gás natural, na localidade do Porto do Açú, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.
- **Operação e Manutenção (O&M)** – Celebrado entre, de um lado, UTE GNA II Geração de Energia S.A., e, do outro, Simens Ltda. e Siemens Energy, Inc., em 21 de janeiro de 2020, cujo escopo é o fornecimento de partes sobressalentes e a prestação de serviços de operação e manutenção de uma usina termelétrica de ciclo combinado, a gás natural, na localidade do Porto do Açú, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro pelo prazo de 25 anos.
- **Long Term Maintenance Program (LTMP)** – Celebrado entre, de um lado, UTE GNA II Geração de Energia S.A., e, do outro, Siemens Energy, Inc., Siemens Power Generation Service Company, Ltd. e Siemens Ltda., em 21 de janeiro de 2020, cujo escopo é a prestação de serviços de manutenção para as turbinas a gás, turbinas a vapor e geradores, bem como o fornecimento de partes e componentes relacionados, pelo prazo de 25 anos, referentes à usina termelétrica de ciclo combinado, a gás natural, na localidade do Porto do Açú, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

- **Sale and Purchase Agreement (SPA)** – Celebrado entre UTE GNA II Geração de Energia S.A. e BP Gas Marketing Limited em 21 de janeiro de 2020, cujo escopo é a compra e venda/fornecimento de gás natural liquefeito (GNL), que será abastecido na Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação (FSRU) afretada pela UTE GNA I Geração de Energia S.A. para o fornecimento de gás natural para a sua usina termelétrica de ciclo combinado, a gás natural, na localidade do Porto do Açú, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.
  
- **Allocation agreement** – Contrato celebrado entre BP Gas Marketing Limited, UTE GNA I Geração de Energia S.A. e UTE GNA II Geração de Energia S.A. em 21 de janeiro de 2020, cujo escopo é a definição de procedimentos para gestão do inventário de GNL armazenado na FSRU.

- **Mútuo**

Em fevereiro de 2020 foi recebido da GNA Infra, através de mútuo, o montante de R\$ 7.361.